

...Continuação

Companhia CARRIS Porto-Alegrense - CNPJ 92.675.255/0001-72

3.10 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades fim da Companhia, sendo classificadas como passivos circulantes. São demonstrados por seu valor conhecido ou exigível e registrados de acordo com o regime de competência, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais, cuja contrapartida é lançada ao resultado do exercício.

3.11 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, e a seguir passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros calculados pela taxa efetiva, incorridos até as datas dos balanços. Correspondem a financiamentos para renovação de frota ou capital de giro, todos com garantia de caução de duplicatas, avais e alienação fiduciária.

Banco	Juros %a.a	Saldo em 31/12/2017				Saldo em 31/12/2016				Vcto.
		Curto prazo		Longo Prazo		Curto Prazo		Longo Prazo		
		Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	
Banco Moneo	7%	52	-	-	-	1.114	(28)	-	-	jan/18
Banco Moneo	7% + TJLP	13	-	-	-	291	(14)	-	-	jan/18
Banco Moneo	7%	-	-	-	-	697	(27)	-	-	set/17
Banco Moneo	7% + TJLP	-	-	-	-	183	(12)	-	-	set/17
Banco Moneo	6%	99	(19)	310	(29)	104	(22)	409	(50)	jun/22
Banco do Brasil	7%	736	(12)	-	-	408	(43)	157	(5)	mai/18
Banco do Brasil	7% + TJLP	156	(5)	-	-	1.850	(115)	736	(12)	mai/18
Banco Mercedes Bens	10%	149	(1)	-	-	2.034	(109)	-	-	jan/18
Banco Mercedes Bens	5,50%	108	(2)	-	-	171	(10)	107	(2)	ago/18
Banco do Brasil	10%	158	(24)	178	(11)	171	(37)	335	(35)	mar/20
Banco Volvo	2,50%	1.942	(30)	-	-	1.839	(73)	1.942	(29)	jan/19
Banco CEF Capital de Giro 2013	100% CDI + 3,66%	5.610	(410)	-	-	6.680	(1.880)	7.236	(2.036)	jan/19
Banco do Brasil Capital de Giro	100% CDI + 3,75%	-	-	-	-	1.540	(188)	-	-	out/17
Banco Volvo	6%	2.629	(546)	9.112	(953)	2.748	(665)	11.742	(1.498)	nov/22
Banco Volvo	6%	1.766	(377)	6.36	(689)	1.846	(457)	8.128	(1.067)	jan/23
Total		13.418	(1.426)	15.962	(1.682)	21.676	(3.680)	30.792	(4.734)	

3.12 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A Companhia Carris Porto-Alegrense está obrigada à tributação pelo Lucro Real; O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes. No exercício de 2017 não se identificou base de cálculo positiva para constituição de provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social.

3.13 Obrigações sociais e trabalhistas

As contas a pagar com obrigações sociais e trabalhistas são obrigações com encargos sociais e folha de pagamentos classificadas como passivos circulantes.

3.14 Obrigações tributárias

As contas a pagar com tributos são obrigações oriundas das atividades operacionais da Companhia, acrescidos de parcelamentos de dívidas com a Receita Federal do Brasil.

3.15 Outros credores

Os saldos desse grupo decorrem principalmente das transações com a Câmara de Compensação Tarifária – CCT pelo ajuste anual de quilometragem e também do repasse da taxa de gerenciamento do sistema para a EPTC. Além disso o repasse de outros convênios também formam a composição demonstrada no quadro a seguir:

Outros Credores	2017	2016
CCT - Ajuste de quilometragem 2017	7.020	-
CCT - Ajuste de quilometragem 2016	4.182	9.757
EPTC - Taxa de gerenciamento	7.124	2.403
Outras contas a pagar	1.948	1.199
Total	20.274	13.359

3.16 Provisões judiciais

A Companhia é parte em processos trabalhistas e cíveis, que são provisionados considerando a opinião de consultores internos e externos, a natureza das ações, a jurisprudência e o posicionamento dos tribunais e demais regras estabelecidas na Deliberação CVM nº 594/09 e CPC 25 (IAS37).

As provisões para contingências são constituídas mediante avaliações de seus riscos e quantificadas com base em fundamentos econômicos e pareceres jurídicos sobre os processos e outros fatos contingenciais conhecidos na data do encerramento do exercício, sendo que as provisões para contingências trabalhistas são constituídas, em sua totalidade, tendo como base exclusivamente a análise dos processos em fase de execução.

Tais provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação legal resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja requerida para liquidar a obrigação e o valor da provisão possa ser estimado de maneira confiável e calculado pelo valor justo dos gastos esperados para liquidação da obrigação.

Natureza	2017	2016
Cíveis (i)	5.485	4.103
Trabalhistas (ii)	11.547	9.254
Administrativo	478	478
Total	17.510	13.835

(i) As provisões para demandas judiciais cíveis são, basicamente, onde a Companhia figura como ré em ações que discutem questões usuais e peculiares decorrentes da atividade que pratica.

(ii) As provisões para demandas judiciais trabalhistas são, basicamente, de processos de ex-funcionários pleiteando o recebimento de verbas trabalhistas. Sua variação é decorrente da atualização da fase processual e das estimativas quanto as classificações de risco, adotados pelos assessores jurídicos da entidade, que são revistas periodicamente.

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 as contingências cujas probabilidades de perda são consideradas possíveis somam R\$ 17.182 e R\$ 15.888, respectivamente, não registradas no balanço, como segue:

Natureza	2017		2016	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Cíveis (i)	63	6.721	39	5.980
Trabalhistas (ii)	176	9.941	168	9.388
Administrativo	2	520	2	520
Total	241	17.182	209	15.888

3.17 Antecipação da Receita de Transporte

As contas de antecipação da receita de transporte são obrigações oriundas das vendas antecipadas de Vale-Transporte e Passagens Escolares, classificadas como passivos circulantes. A transferência para receita ocorre na data da efetiva prestação de serviço de transporte ao usuário titular desses créditos. Não há desembolso para pagamento desses valores.

3.18 Capital Social

O Capital Autorizado é de R\$ 300.000 (trezentos milhões de reais), divididos em 893.500 de ações ordinárias nominativas e 5.000 de ações preferências nominativas, sem valor nominal, já contemplados os efeitos do grupamento de ações autorizado pela Assembleia Geral Extraordinária de 25/04/2016.

O aumento de capital social no exercício de 2017 foi de R\$ 44.000, sendo que o Capital Social Subscrito e Integralizado passou a ser de R\$ 264.719, divididos em 802.488 ações ordinárias e 636 ações preferenciais.

ACIONISTAS	QUANTIDADE DE AÇÕES	PARTICIPAÇÃO AÇÕES	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL
		%	(Em milhares de Reais)
AÇÕES ON			
MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE	802.481	99,91006	264.507
Outros acionistas	7	0,00098	2
TOTAL AÇÕES ON	802.488	99,91104	264.509
AÇÕES PN			
MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE	636,00	0,08896	210
TOTAL GERAL (ON + PN)	803.124	100,00	264.719

3.19 Outras receitas e despesas das operações continuadas

Outras Receitas correspondem principalmente à recuperações de custos e despesas com a linha de turismo, cedência de pessoal e ônibus para secretarias municipais e venda de sucata.

Outras Receitas	2017	2016
Recuperação de custos ônibus turismo	303	315
Recuperação de custos e despesas	171	87
Venda de Sucata	158	89
Demais Receitas	77	30
Total	708	522

Continua...